



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

**OFÍCIO Nº 138/2013**

Brasília-DF, 08 de julho de 2013.

Excelentíssimo Senhor

**Senador RICARDO FERRAÇO**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Senhor Senador,

Tendo sido designada por Vossa Excelência para elaborar um roteiro de ações a serem adotadas por esta Comissão no tocante à questão do pleito da empresa Amazon Inc em registrar o domínio *.amazon* na internet, encaminho-lhe o anexo documento contendo algumas ações que julgo oportunas.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe a minha expressão de estima e apreço.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em tinta preta, com o nome 'Vanessa' visível.

**Senadora Vanessa Grazziotin**



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

### A QUESTÃO DO DOMÍNIO *.amazon*

A empresa norte-americana Amazon Incorporação, fez um pedido de domínio junto à ICANN do termo "*amazon*". A ICANN é uma organização sem fins lucrativos com sede na Califórnia, sendo responsável por gerenciar nomes e números na internet.

Entre janeiro e abril de 2012 a organização abriu inscrições para novos domínios de topo genérico, contando com 1930 novos pedidos, dentre eles a Amazon. Apesar da legitimidade do pedido, há restrição por parte dos governos em liberar novos domínios que façam referência à regiões geográficas. Estabeleceu-se que a não preservação feriria a soberania de países e, no caso Amazon, uma vez liberado a uma única empresa, esta passará a ter a exclusividade do termo na internet.

A cidade do Rio de Janeiro é outro exemplo. A prefeitura fez o pedido do domínio *.rio* em que existe claramente uma questão de interesse público, porque a prefeitura usará o domínio para divulgar a cidade, inclusive no contexto de grandes eventos que irão acontecer no Rio de Janeiro. A cidade enfrenta um rol de 1700 concorrentes ao termo e se encontra na 1156ª posição.

O que se questiona é se a ICANN poderia sobrepor interesses de regiões geográficas e de países a simples interesses comerciais.

Uma vez concedido o domínio a uma única empresa, o fato por si só traria dúvidas e incertezas nas comunidades afetadas, como é o caso da Amazônia Global, composta por Peru, Suriname, Guianas, Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela e Colômbia. Para entender o que significa isso no mundo da internet, utilizemos o exemplo [www.senado](http://www.senado) que é o nome, que traduzido em números (IP), pode ser acessado em qualquer lugar do mundo. O direcionamento correto ao site do senado advém do domínio de primeiro nível, que no caso é o *.br*.



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

O gerenciamento do .br do Brasil é realizado pelo NIC (Núcleo de Informação e Coordenação do .br), através de uma liberação da ICANN pelo código gerado do sistema DNS.

É imperiosa a necessidade de preservação de uma região geográfica como domínio, a fim de evitar-se confusão. Um domínio de topo genérico não pode ser simplesmente visto por interesses comerciais. Mais uma vez o caso do Rio de Janeiro. Se o domínio for liberado a uma empresa de comercialização de sapatos na internet, esta ficará exclusivamente com o nome, passando a ter o seguinte endereço: WWW.sapato.rio. Ora, essa loja é do Rio de Janeiro? Ela representa um povo, uma nação? São esses os questionamentos dos governos junto à coordenadora de internet e que ainda não foram atendidos.

A ICANN já vinha discutindo a liberação de novos domínios na internet há oito anos. O Comitê Gestor de Governos (GAC), ligado à organização e composto por membros de governos, inclusive o Brasil, já vinha alertando a organização para os problemas que enfrentariam na liberação. Mesmo assim a ICANN abriu as novas inscrições em 2012. A decisão da empresa foi motivada após uma análise interna em constatar que os novos bilhões de internautas virão de regiões em desenvolvimento, como América do Sul, África, Ásia, América Latina e outras.

O governo brasileiro e demais países amazônicos enviou carta de contestação à ICANN e levou à reunião do GAC em abril passado a problemática. Não houve consenso ao termo amazon e patagônia. Sobre a mesa há diretrizes que estabelecem que uma região deve ser preservada, sob quatro aspectos:

- 1 - A comunidade que está objetando o pedido esteja claramente delineada;
- 2- Oposição substancial;
- 3 - Forte identificação com o termo
- 4 - Haja um prejuízo material aos interesses e direitos legítimos.

O não consenso para o caso Amazon vem consubstanciar justamente a oposição substancial da população da região.

Houve um conhecimento da legitimidade das posições em uma reunião com representantes do Itamaraty, ICANN, Amazon membros da Organização



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

do Tratado de Cooperação Amazônico – OTCA na sede da OTCA em Brasília, em março passado. A amazon apesar de reconhecer o posicionamento dos países alega que vai esperar a conclusão do processo. O maior problema é que a ICANN, uma organização estabelecida em um único país que mantém a governança de internet liberou o registro de novos domínios sem atender a uma orientação dos governos. Hoje o papel da organização é discutido em fóruns mundiais.

É preciso um envolvimento maior da nossa sociedade e do próprio parlamento na temática.

A participação do governo brasileiro através do Itamaraty e do Ministério de Ciência e Tecnologia nas reuniões do GAC não é legítima. O governo não tem acordo assinado com a ICANN e a crítica brasileira se dá justamente pelo fato de a organização estar atrelada a uma única jurisdição. Se houver litígio no caso Amazon quem decidirá a questão serão os juízes da Califórnia. E infelizmente a decisão do GAC, mesmo que seja por consenso, não é decisório para a tomada de decisão da ICANN, porque não há assento dos governos na organização. Nos últimos tempos a ICANN não vem acatando as decisões dos governos.

### AS AÇÕES DO SENADO FEDERAL

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizou audiência pública no último dia 20 de junho, com a participação do Embaixador Benedicto Fonseca Filho, Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das relações Exteriores – MRE, Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Representante do Comitê Gestor de Internet no Brasil CGI, Percival Henriques, Presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital – ANID e Everton Lucero, Representante da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números – ICANN no Brasil, com o objetivo de debater a questão do domínio *.amazon*.

Também compareceram à reunião membros do corpo diplomático dos países membros da OTCA, entidade representada por seu Secretário-Geral Embaixador Robby Ramlakhan.



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Após a explanação dos convidados e dos Senhores Senadores presentes à reunião, o Presidente desta Comissão, Senador Ricardo Ferraço, me honrou com a designação para consolidar as contribuições apresentadas e elaborar um posicionamento da Comissão sobre o tema.

Ficou evidente nos depoimentos dos convidados que a oposição à pretensão da empresa Amazon Inc somente terá sucesso caso haja uma grande mobilização social, encampada tanto pelos Governos dos Países Amazônicos quanto por entidades da sociedade civil.

Nesse sentido, foi lançada uma campanha intitulada **Nossa Amazônia**, constando de uma página na internet com uma petição eletrônica com vistas à coleta de assinaturas, podendo ser acessada no endereço [www.nossaamazonia.org.br](http://www.nossaamazonia.org.br).

Adicionalmente, encaminhei mensagem a todos os Senhores Senadores que se dispusessem a dar publicidade da referida campanha em cada sítio pessoal da internet, mediante a colocação de um *banner* da citada campanha.

Está prevista para acontecer em Durban, na África do Sul, no período de 15 a 18 de julho, a Reunião do Comitê Assessor de Governos da ICANN, onde a participação do Brasil e dos Países Amazônicos deve ser marcada pela firme oposição ao pleito da empresa Amazon Inc.

Nesse sentido, estou certa de que uma manifestação formal da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal será um valioso instrumento para os negociadores brasileiros manifestarem o posicionamento do Brasil quanto ao tema. Vale destacar que a posição dos Estados Unidos da América nessa rodada de reuniões, caminha no sentido da neutralidade, conforme informações preliminares.

Dessa forma, apresento as seguintes sugestões:

- 1 - Requerimento para que, após deliberação desse Colegiado, seja apresentada uma manifestação formal da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a posição do Brasil contra o intento da empresa Amazon Inc.



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

2 - Requerimento para este Colegiado pleitear que o Senado Federal abrigue em sua página institucional na internet, um *banner* com a campanha Nossa Amazônia.

3 - Requerimento para que esta Comissão encaminhe ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, solicitação no sentido de que a Presidência desta Casa envie ofício aos Presidentes dos Paramentos dos Países membros da OTCA, manifestando a importância dessas Casas Legislativas promoverem campanha com o mesmo intuito.

4 - Por fim, requerimento para que seja constituído no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um Grupo de Trabalho composto por três Senadores para acompanhar o desenvolvimento da questão, promovendo a interface com os demais organismos governamentais do Brasil, bem como visando propor outras ações destinadas a impedir a designação do domínio pleiteado pela empresa norte-americana.

Apresento os anexos requerimentos que encareço sejam postos em discussão nesta Comissão, esperando que a adoção dessas providências ressalte a competência desse Colegiado e de Vossa Excelência em assuntos de soberania e de interesse nacional.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial 'V' grande e decorativa.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN